



Aos três dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, realizou-se, pelas dezasseis horas e vinte minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pela Sra. Presidente da Câmara Maria das Dores Marques Banheiro Meira e na mesma estiveram presentes o Sr. Vice-Presidente Manuel Joaquim Pisco Lopes e os Srs. Vereadores Fernando Jorge de Oliveira Paulino, Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ricardo Jorge Fialho Oliveira, Sandra Marina Lopes Frota Gomes e Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva.

O Sr. Vereador Joel Alexandre Neves Marques esteve presente em substituição do Sr. Vereador Paulo Alexandre da Cruz Lopes, ficando o pedido de substituição e o documento de verificação de identidade e legitimidade de membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 e 2.

O Sr. Vereador Fernando Manuel Monteiro esteve presente em substituição do Sr. Vereador Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, ficando o pedido de substituição e o documento de verificação de identidade e legitimidade de membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 3 e 4.

Secretariou a reunião, de acordo com n.º 3, do Artigo 24.º, do Regulamento da Organização de Serviços em vigor, o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio.

A Ordem de Trabalhos da reunião, entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2, do Artigo 25.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 5.

Índice

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
 - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação).**
 - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia.**
- B) Período da Ordem do Dia**
 - 1. Projeto de ata da reunião ordinária da Câmara de 20 de janeiro de 2021.**
 - 2. Projeto de ata da reunião ordinária da Câmara de 17 de fevereiro de 2021.**
 - 3. Deliberação n.º 58/21 – Proposta n.º 02/2021 – GAP – Empreitada “Reabilitação do Convento de Jesus – Ala Este e Ala Norte, Claustros, Igreja e Coro Alto” – Reposição do Equilíbrio Financeiro do Contrato – Valor Complementar – Indeferimento.**
 - 4. Deliberação n.º 59/21 – Proposta n.º 09/2021 – DAF/DICOR – Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Setúbal – 2021.**
 - 5. Deliberação n.º 60/21 – Proposta n.º 10/2021 – DAF/DICONT/SECONT – Candidatura Censos 2021 Municípios – Afetação de conta bancária.**
 - 6. Deliberação 61/21 – Proposta n.º 11/2021 – DAF/DICONT – 1.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 1.ª ao Plano de Atividades e 1.ª ao Plano Plurianual de Investimentos.**
 - 7. Deliberação n.º 62/21 – Proposta n.º 05/2021 – DRH – Atribuição de Suplemento de Penosidade e Insalubridade.**

4

8. **Deliberação n.º 63/21 – Proposta n.º 01/2021 – SMPCB – Aceitação da Doação ao Município, efetuada pela empresa Galaxy Valor, Lda.**
9. **Deliberação n.º 64/21 – Proposta n.º 04/2021 – DOM – Concurso Limitado por Prévia Qualificação 33/2020/DOM - “Intervenção de Natureza Estrutural para Evitar Derrocadas na Encosta do Forte de São Filipe em Setúbal – Fase 2”.**
10. **Deliberação n.º 65/21 – Proposta n.º 24/2021 – DCDJ/DISOC – Apoio financeiro às Instituições e Associações com Intervenção Social.**
11. **Deliberação n.º 66/21 – Proposta n.º 25/2021 – DCDJ/DISOC – Apoio financeiro à Associação Sado Acolhe – Programa PARES 3.0.**
12. **Deliberação n.º 67/21 – Proposta n.º 26/2021 – DCDJ/DIBIM – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal, a Junta de Freguesia de Azeitão e a Associação Cultural Sebastião da Gama para a criação da Casa-Memória Joana Luísa e Sebastião da Gama – Adenda.**
13. **Deliberação n.º 68/21 – Proposta n.º 27/2021 – DCDJ/DICUL – Apoio financeiro à Associação Festival de Música de Setúbal (A7M) – Projeto Ensemble Juvenil de Setúbal.**

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento pela Sra. Presidente, dos mapas relativos aos despachos proferidos no âmbito do seu gabinete e dos departamentos de Comunicação e Imagem, Relações Públicas e Turismo e de Urbanismo (Licenciamentos), conforme documentos anexos arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 6 a 8.
- b) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vice-Presidente no âmbito do Departamento de Recursos Humanos, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 9.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que era só uma questão: A suspensão do serviço de estacionamento tarifado da cidade tinha terminado no dia 28, era só para saber se haveria um novo despacho.

Sra. Presidente – Disse que iria ser prolongado até acabar o confinamento.

Sr. Vereador Fernando Monteiro – Disse que queria colocar uma questão que se prendia com as obras – pensava que seria uma rotunda - em frente ao hospital. Gostaria de perguntar à Câmara se seria possível saberem o que é que estava previsto para aquela rotunda, porque, pelo menos ele, não tinha conhecimento de nada, não sabia o que é que estava em projeto, o que é que iria ser feito nesse local.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que a rotunda organizadora de trânsito estava lá e estava a funcionar havia muito tempo. Devia estar a referir-se ao embelezamento da rotunda, ao miolo, que comportaria uma fonte luminosa e iria ter uma escultura de grande dimensão associada a essa fonte e uma zona verde envolvente. Era o que iria ter, era o projeto que estava estabelecido. A obra tinha-se atrasado um bocado, tinha tido algumas vicissitudes,

mas, dentro de um mês ou dois, no máximo 3 meses, estaria resolvida. Portanto, era isso que tinha a dizer.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que, já que estavam a falar de rotundas, tinha passado havia pouco na rotunda dos lápis, junto ao antigo liceu, e, em toda a extensão da rotunda, no pavimento da via, havia areia derramada. Queria deixar esse alerta, porque podia tornar-se perigoso para motociclos ou outro tipo de veículos.

Sra. Presidente – Disse que, segundo informação do Dr. Paulo Hortênsio, os bombeiros sapadores já lá estavam a retirar a areia.

Sr. Vereador Fernando Monteiro – Disse que queria colocar uma outra questão, que tinha a ver com o terminal da Várzea. Gostaria de saber, uma vez que, no protocolo, estava prevista a possibilidade de naquele local também ser construído um bar, para dar apoio aos utentes dos transportes, se, efetivamente, iria ser concretizado, ou não, e se existia algum prazo para concluírem as obras do terminal ou se iríamos ter o terminal “inconclusivo” - se lhe era permitida a expressão - durante muito tempo, porque, às vezes, as obras nasciam, não eram totalmente concluídas, entravam em funcionamento e, depois, iam-se prolongando no tempo dessa forma e a conclusão das mesmas nunca mais se verificava.

Portanto, gostaria de saber o que é que estava previsto, quer em termos de prazo para a conclusão, quer, efetivamente, se também os abrigos iriam ser alterados, como a Sra. Presidente tinha dito na última reunião, uma vez que aqueles abrigos não serviam para o fim a que se destinavam, que era proteger as pessoas, nomeadamente da chuva. Queria saber se os abrigos também iriam ser alterados, ou não, e se já havia alguma previsão relativamente a essas questões.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que era uma nota muito rápida que não gostaria de deixar passar sem partilhar com os senhores vereadores e com as senhoras vereadoras. A Câmara Municipal de Setúbal tinha recebido no dia anterior, pelo quinto ano consecutivo, o título de “Município Amigo do Desporto”, um título atribuído pela APOGESD e, também, pela Cidade Social, uma entidade que agregava um conjunto de municípios. Setúbal honrava-se de ter feito parte, desde a primeira hora, dessa associação. Era uma associação que tinha muitos municípios associados e que, acima de tudo, era uma plataforma de partilha de boas práticas e do olhar que os municípios tinham no desporto como uma alavanca fundamental para o desenvolvimento e como eixo central de desenvolvimento da via e dos territórios.

Por isso, honrava-nos muito que, pelo quinto ano consecutivo, Setúbal tivesse sido reconhecida com essa distinção pelo próprio responsável, que tinha vindo de longe, do Norte, de propósito para nos entregar o galardão que correspondia, ainda, ao período de 2020. Queria deixar essa nota e agradecer, também, pelo contributo e pela partilha. As boas práticas não deviam ficar reservadas ao segredo e, portanto, quando havia uma boa prática e quando nos procuravam para partilharmos essa boa prática no desenvolvimento das nossas atividades, fosse com a população sénior, fosse com a população infantojuvenil, fosse na dinamização de um conjunto de outros tantos projetos, gostavam de os partilhar, porque era um contributo, também, para a qualidade de vida das pessoas e das cidades. Por isso, queria dar essa nota e partilhar com os senhores vereadores que a Câmara Municipal de Setúbal tinha sido reconhecida com o galardão de “Município Amigo do Desporto 2020”.

Sra. Presidente – Disse que queria explicar a questão que tinha sido colocada pelo Sr. Vereador Fernando Monteiro. Tal como tinha dito na reunião anterior, aquilo não ia mesmo passar de um ano. Embora estivesse no protocolo “até 8 anos”, tinha tido uma reunião, na segunda-feira anterior, com os TST e, portanto, eles podiam, até, nem chegar a um ano, podia chegar até ao final do ano a saída deles.

A obra tinha sido suportada por eles e a obra deles estava feita. “Mas, já agora, vamos fazer o estacionamento à volta, que está junto aos Pelézinhas e àqueles campos que estão ali”. Eles

sairiam, como tinha dito, até final do ano ou, no máximo, um ano, até março do ano que viria. Íamos fazer, outra vez, umas remodelações. Eles tinham dito que, relativamente àquilo que tinham investido, se os abrigos estavam mal colocados, pediam desculpa, mas iriam ficar assim até saírem. Portanto, depois, iríamos fazer umas adaptações para alguns terminais, porque, dali, iriam sair os autocarros para as praias e, provavelmente, o abrigo iria ficar um pouco diferente, uma espécie de pala diferente. Para já, iria ficar assim.

Em relação ao bar, iria para lá uma senhora que estava no terminal antigo da rodoviária, da 5 de outubro. Era um casal que vivia daquilo havia muitos anos e a pessoa dizia: “Agora, isto fecha e eu fico sem nada para viver.” Portanto, como também não podia ter já o bar em funcionamento, estava a fazer um barzinho diferente. Tínhamos-lhe dito que queríamos uma coisa com um mínimo de condições e, portanto, a senhora estava, naquele momento, a acabar de fazer o seu barzinho, para ver se, na altura em que houvesse o desconfinamento, aparecia o barzinho da senhora, que iria ficar naquele espaço, já remodelado, com mais qualidade. Era a pessoa que estava naquele espaço que ia atrás dos TST. Depois, iríamos ver se havia condições para continuar lá. Tinham cerca de um ano para averiguar isso e, também, legalizar a situação da senhora. Para já, era um apoio aos TST e à população que iria ser servida por aquele equipamento, aquele apoio rodoviário.

Sr. Vereador Fernando Monteiro – Disse que era só um esclarecimento. Se tinha percebido bem, depois dos TST saírem, deixariam o espaço, o espaço iria continuar a ser usado com outros autocarros.

Sra. Presidente – Disse que sim, seria para apoio às praias, essencialmente para as praias e para algumas carreiras que lhes estavam a solicitar, interurbanas, que iam para Espanha e queriam fazer aqui uma paragem, outros operadores. Já havia 2 ou 3 e, portanto, iriam ficar naquele espaço, não entravam propriamente no interface, que ia ficar para o trânsito interno.

Sr. Vereador Pedro Pina – Leu a seguinte saudação ao Grupo Desportivo “Os Amarelos”, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 10:

*“Saudação
65.º aniversário GD “Os Amarelos”
Fundado em 01 de Março de 1956*

A Câmara Municipal de Setúbal saúda o Grupo Desportivo “Os Amarelos” pela passagem do seu 65.º aniversário, assinalado no passado dia 1 de março.

Em tempos de pandemia e sem as comemorações tão habituais nestas circunstâncias, a autarquia não pode deixar de assinalar o momento, congratulando-se pelo crescimento e desenvolvimento de um Clube que tantas alegrias tem dado à cidade e ao país, através das suas conquistas desportivas e do seu empenho cultural.

Importa reforçar o papel e a importância dos Amarelos no seio da sociedade e valorizar 65 anos de um profícuo trabalho enquanto casa de democracia e liberdade, lembrando todos os cidadãos de Setúbal, que neste Clube, quer no papel de dirigentes, de funcionários, de atletas, de treinadores, de árbitros, de voluntários e de associados viveram experiências únicas de vida e contribuíram para uma sociedade mais justa e solidária.

Dos mais jovens aos mais velhos, todos os que podem usufruir das atividades que o clube lhes proporciona, encontram nos Amarelos um espaço para praticar desporto, viver cultura e partilhar momentos de confraternização.

Pela passagem de mais um aniversário, a Câmara Municipal de Setúbal, manifesta votos de felicitações a todos os Associados e aos Órgãos Sociais dos Amarelos, e através da Direção a todos quantos desde a sua fundação têm dado força e continuidade a este projeto.

Na expectativa de que o futuro continue a ser de valorização para todos os seus sócios, amigos e simpatizantes e com o desejo de que muitos sejam ainda os sucessos de que o clube e a cidade se possam orgulhar, o executivo municipal reforça os votos de parabéns.”

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que o Partido Socialista se associava, naturalmente, àquela saudação a um grupo desportivo tão importante na vida desportiva e social da cidade, nomeadamente na zona nascente. Deixava, também, uma saudação especial ao seu presidente e a toda a equipa diretiva, sócios e praticantes.

Sr. Vereador Fernando Monteiro – Disse que o PSD também se associava àquela saudação. Desejava um Feliz Aniversário ao Grupo Desportivo “Os Amarelos” e fazia votos de que continuasse, no futuro, a ter o sucesso desportivo que tinha tido até àquela data, porque o sucesso deles seria, também, o sucesso dos setubalenses, nomeadamente dos jovens setubalenses.

Sra. Vereadora Sandra Gomes – Leu a seguinte moção acerca do Dia Internacional da Mulher, conforme documento arquivado em pasta anexa á presente ata, sob o registo n.º 11:

“Moção

Dia Internacional da Mulher

Há cerca de um ano o PS apresentou uma Moção do Dia Internacional da Mulher, tendo como foco a implementação de medidas com vista à proteção das Mulheres da Violência sobre elas exercida em todas as suas formas, mas particularmente na violência doméstica, assim como na necessidade de criar incentivos para ajudar mais mulheres a gerar recursos económicos que lhes permitam sair da pobreza e da vulnerabilidade, bem como a valorização da partilha de responsabilidades e divisão de tarefas em casa promovendo uma mais fácil conciliação da família e do trabalho.

Passou um ano e todas as nossas vidas mudaram drasticamente, num tempo em que todas as suas vulnerabilidades se acentuaram.

Este último ano de pandemia e de longos confinamentos terá impactos que demoraremos vários anos a compreender. Mas olhando para vários estudos nacionais e internacionais compreendemos que a vida das mulheres, particularmente as que têm filhos pequenos e empregos, se alterou drasticamente. Muitas perderam o seu emprego, outras ficaram em situações difíceis de gerir, com crianças em casa, em teletrabalho contínuo, acumulando funções de cuidadoras principais e trabalhadoras. Famílias inteiras passaram a trabalhar em casa, a assistir à escola à distância. Todos a precisar de apoio, de refeições, de roupa lavada, de casa funcional, tarefas maioritariamente asseguradas pelas mulheres

Num estudo Internacional feito pela Deloitte e publicado em novembro de 2020, 82 % das mulheres questionadas disse que a pandemia tinha afetado de forma muito negativa as suas vidas, a sua saúde e os seus rendimentos. Mais de 75% das mulheres no estudo dizia ter todas as tarefas da casa e da gestão diária dos filhos inteiramente dependentes de si e ainda acumular trabalhos online.

O salário médio das mulheres portuguesas caiu 16%, enquanto o dos homens caiu 11%. O mesmo relatório constata com preocupação que a nível mundial há um resultado semelhante: as mulheres foram o grupo mais penalizado com a redução do emprego e das horas de trabalho, pois os sectores onde trabalham foram os mais afetados por esta crise.

Para além destes aspetos, um outro mais silenciado é o do aumento dos casos de violência doméstica, cujas vítimas são maioritariamente mulheres. Só no primeiro trimestre de 2020, com o confinamento, os pedidos de ajuda por vias telefónicas e digitais aumentaram 180% face ao primeiro trimestre de 2019.

E estes são apenas alguns dos aspetos que mais afetaram a vida das mulheres. Mas tantos outros nos preocupam.

Neste Dia Internacional da Mulher de 2021, as desigualdades de 2020 agravaram-se de forma dramática. Em 2021 são precisas medidas urgentes e concretas em todas as frentes, que protejam mulheres que ficaram desempregadas e os seus filhos, que incentivem a criação de novos postos de trabalho para mulheres, que promovam a flexibilidade no apoio à família, que permitam às mulheres manter um salário suficiente. Precisamos de uma atenta

4

monitorização das mulheres e da sua segurança, nas famílias, para as apoiar nas suas necessidades a todos os níveis.

São tempos difíceis os que vivemos, para todos sem exceção. São ainda imprevisíveis todas as consequências que esta pandemia terá. É necessário trabalhar de forma integrada, estruturada, objetiva, envolvendo todos os parceiros sociais e empresariais concelhios e distritais, de fácil acesso e divulgação.

Só agindo agora poderemos prevenir um retrocesso importante ao nível das conquistas básicas humanas, nas quais se encontram os Direitos das Mulheres.”

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Leu a seguinte moção acerca do Dia Internacional da Mulher, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 12:

“Moção

Dia da Mulher 2021

Assinalar o dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, é celebrar as conquistas das mulheres provenientes dos mais diversos quadrantes étnicos, culturais, socioeconómicos e políticos. Simboliza e assinala a luta das mulheres pela emancipação política, económica e social, mas também a coragem e exemplo das centenas de mulheres que, através da reivindicação dos direitos e contra todas as formas de discriminação e violência, não baixaram os braços e elevaram a sua voz.

Este dia deve ser de reflexão sobre os avanços e o progresso ao nível dos direitos humanos, mas deverá igualmente servir para perceber o que está ainda por cumprir.

A pandemia provocada pela COVID19 veio agravar a já difícil situação vivida na sociedade portuguesa e, em particular, pelas mulheres, não só no que respeita ao aumento da violência, mas também porque são elas as maiores vítimas de desemprego. Dados recentes mostram que 54 por cento dos desempregados, no contexto da pandemia, são mulheres.

A desvalorização das mulheres traduz-se em diferenças salariais em cerca de 23 por cento, na violência doméstica, um flagelo que em 2020 matou trinta mulheres, e na violência no namoro, que motivou mais de duas mil queixas à PSP, com a agravante de, num estudo recente, ficarmos a saber que a maioria dos jovens considera legítima a violência nos relacionamentos. A maioria das mulheres continua, igualmente, a sentir dificuldades na conciliação do trabalho com a maternidade e assédio laboral, de que são vítimas, no momento em que engravidam.

Portugal está, felizmente, longe de algumas das atrocidades e violência sobre meninas e mulheres, como é comprovado pelos 18 milhões de mulheres que são obrigadas a casar antes dos 18 anos, pelos milhões de meninas que são impedidas de ir à escola e pelo tráfico crescente para trabalho e exploração sexual por todo o mundo. No entanto, esta distância não deve abrandar a denúncia. Deve, pelo contrário, fazer-nos lutar pela igualdade, justiça e direitos humanos em qualquer canto do mundo.

É necessário e urgente consciencializar todos e todas, pois, apesar dos muitos avanços, nenhum país atingiu a igualdade plena entre homens e mulheres, sendo que nada é garantido e por isso é necessário lutar hoje pelo futuro.

Neste dia, saudamos, pois, a luta de todas as mulheres e homens pelos direitos de igualdade, em especial, pelos direitos das mulheres, mas também pelos direitos humanos, local e globalmente.”

Sr. Vereador Fernando Monteiro – Disse que o PSD estava solidário, como não poderia deixar de ser, até porque também tinha apresentado uma moção sobre o Dia da Mulher na sessão da Assembleia Municipal realizada na semana anterior.

Sra. Presidente – Leu o seguinte voto de pesar pelo falecimento de Ernesto Rocha Neto, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 13:

*“Voto de Pesar
Ernesto Rocha Neto*

A Câmara Municipal de Setúbal lamenta profundamente o falecimento de Ernesto Rocha Neto, antigo vereador desta autarquia, em fevereiro passado, poucos dias depois de ter completado 79 anos.

Nascido a 12 de janeiro de 1942, em Alcobaça, licenciou-se em Finanças no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa em 1974. Eleito pela primeira vez na Câmara Municipal de Setúbal em 1976, nas listas da Frente Eleitoral Povo Unido, que viria a dar lugar à Coligação Democrática Unitária, ocupou, por várias vezes, nos mandatos decorridos entre 1976 e 1985, o pelouro das finanças municipais nas presidências de Francisco Lobo, em tempos de grandes dificuldades financeiras.

Seria, depois, dirigente na Câmara Municipal de Palmela, município onde se aposentou em 2004, tendo, entretanto, desempenhado o cargo de administrador delegado da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal

De Rocha Neto, como sempre foi conhecido, recordar-se-á com saudade a coerência e a seriedade política e técnica que sempre colocou no seu trabalho e no exercício dos cargos para os quais foi eleito. Na memória ficará também o discreto humor que praticou, a par do profundo respeito pelas equipas que dirigiu.

A Câmara Municipal de Setúbal endereça à família enlutada sentidos pêsames.”

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que o Partido Socialista se associava, naturalmente e com pesar, àquele voto, deixando sentidas condolências à família e ao PCP.

Sr. Vereador Fernando Monteiro – Disse que o PSD se associava ao voto de pesar e endereçava à família sentidas condolências.

A Sra. Presidente pediu e fez-se um minuto de silêncio.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Projeto de ata de reunião ordinária da Câmara de 20 de janeiro de 2021

A Sra. Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade dos presentes na referida reunião.

2. Projeto de ata da reunião ordinária da Câmara de 17 de fevereiro de 2021

A Sra. Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade dos presentes na referida reunião.

3. Deliberação n.º 58/21 – Proposta n.º 02/2021 – GAP – Fmpreitada “Reabilitação do Convento de Jesus – Ala Este e Ala Norte, Claustros, Igreja e Coro Alto” – Reposição do Equilíbrio Financeiro do Contrato – Valor Complementar – Indeferimento

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 14 e 15, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

4

4. Deliberação n.º 59/21 – Proposta n.º 09/2021 – DAF/DICOR – Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Setúbal – 2021

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob o registo n.ºs 16 e 17, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor da CDU, 1 voto contra do PSD e 3 abstenções do PS

5. Deliberação n.º 60/21 – Proposta n.º 10/2021 – DAF/DICONT/SECONT – Candidatura Censos 2021 Municípios – Afetação de conta bancária

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob o registo n.º 18, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

6. Deliberação n.º 61/21 – Proposta n.º 11/2021 – DAF/DICONT – 1.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 1.ª ao Plano de Atividades e 1.ª ao Plano Plurianual de Investimentos

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 19 e 20, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor, da CDU, 1 voto contra, do PSD, e 3 abstenções, do PS.

7. Deliberação n.º 62/21 – Proposta n.º 05/2021 – DRH – Atribuição de Suplemento de Penosidade e Insalubridade

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 21 a 24, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

8. Deliberação n.º 63/21 – Proposta n.º 01/2021 – SMPCB – Aceitação da Doação ao Município, efetuada pela empresa Galaxy Valor, Lda

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 25 e 26, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

9. Deliberação n.º 64/21 – Proposta n.º 04/2021 – DOM – Concurso Limitado por Prévia Qualificação 33/2020/DOM - “Intervenção de Natureza Estrutural para Evitar Derrocadas na Encosta do Forte de São Filipe em Setúbal – Fase 2”.

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 27 a 29, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

10. Deliberação n.º 65/21 – Proposta n.º 24/2021 – DCDJ/DISOC – Apoio financeiro às Instituições e Associações com Intervenção Social

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob o registo n.º 30.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que por ser dirigente de uma instituição, contemplada naquela proposta, pedia escusa na votação.

Sr. Vereador Fernando Monteiro – Disse que relativamente àquela proposta e independentemente daquilo que iria dizer a seguir, era uma proposta que lhes agradava e que tinha o total apoio deles, porque a área social, nomeadamente as IPSS`s, o apoio aos mais carenciados e àqueles que com atual situação se encontravam em situações socioeconómicas delicadas, deveriam ser, e bem, apoiados.

Aquela proposta também lhes agradava, uma vez que vinha garantir o reforço das relações de parceria entre o município e as equipas técnicas e ia de encontro àquilo que tinham no programa eleitoral, para o mandato em vigor. O apoio à área social era sem dúvida uma prioridade para o PSD.

Apesar do senhor vereador lhes ter feito chegar naquele momento uma descrição mais pormenorizada dos critérios que tinham presidido à atribuição daqueles valores e que tinha vindo esclarecer alguns dos critérios que na proposta inicial não estavam esclarecidos, era mais sobre a questão dos critérios que a sua intervenção se iria centrar, apesar disso, tinham alguma dificuldade em entender alguns dos critérios, nomeadamente onde tinham associações e deu alguns exemplos, exemplos que não tinham nada a ver com as instituições ou com as pessoas das instituições, apenas com a constatação do que ali estava. A Associação de Socorros Mútuos Setubalense tinha um centro de dia, um serviço de apoio domiciliário, a Associação de Solidariedade Social da Freguesia da Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra também e ia receber quatro mil e quinhentos euros e bem, mas não tinham percebido qual a razão da Associação Humanitária de Bem-Fazer de São Paulo, que tinha um centro de dia, um serviço de apoio domiciliário e uma estrutura residencial para idosos, só ia receber 3.500€. Referiu outro exemplo que não tinham conseguido perceber, era porque motivo o Jardim de Infância - O Sonho, que desenvolvia basicamente a sua atividade na área da infância e que possuía duas creches e dois pré-escolares, ia receber um apoio, constava da listagem que ia receber apoio e outras IPSS`s, iam receber pela resposta da ação social, tinham percebido com aquele novo documento, porque é que ia receber aquele valor, mas a questão deles era porque razão é que outras IPSS`s, como, por exemplo, o Baloço, a Quinta Nova, a Joaninha, que eram IPSS`s idênticas ao O Sonho, não estavam contempladas com nenhum apoio. A questão prendia-se mais com os critérios, apesar de terem ficado melhor esclarecidos com o documento que lhes tinha sido entregue, mas como tinha sido entregue no minuto anterior, não tinha tido tempo de fazer uma análise criteriosa, mas apesar disso

havia ali algumas incongruências nos critérios aplicados, para a atribuição de valores. No entanto, na proposta global eram favoráveis e concordavam com aquela proposta e congratulavam-se com aqueles apoios que só pecavam por serem tardios, já podiam ter sido efetuados há mais tempo, mas mesmo vindo mais tarde eram sempre bem-vindos e com certeza que iriam ajudar e muito as instituições e as pessoas que deles careciam.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que agradecia as questões que tinham sido colocadas pelo Senhor Vereador Fernando Monteiro porque lhes permitia tanto quanto possível esclarecer algumas questões.

Dentro das limitações deles não tinham previsto que o Covid iria existir, o PSD certamente quando inscreveu no seu programa eleitoral já tinha previsto aquela situação e, portanto, já tinha previsto aquele apoio extraordinário às IPS's. Eles não tinham previsto, achava que ninguém tinha previsto, o PSD, provavelmente, tinha previsto, ainda bem que tinham tido essa capacidade de acautelar essa preocupação e de a inscrever no programa do eleitoral do PSD. Quando se procurava encontrar critérios equitativos para a distribuição de verbas, no que dizia respeito àquela matéria, era sempre legítimo dizer que não estavam inteiramente de acordo, a única coisa que pediu foi que não dissessem que eles eram incoerentes, podiam concordar ou não concordar. Por vontade da câmara municipal os apoios seriam ainda maiores, seriam de maiores verbas para todas as instituições, mas tiveram que encontrar critérios. Quando o senhor Vereador falava das instituições ligadas à área da infância, O Sonho estava ali considerado porque aquela instituição cumpria a função de rendimento social de inserção, era por isso que era considerada e não era por cumprir função, no que dizia respeito, à infância. Ali até poderiam entrar na discussão, era ou não legítimo que outras instituições ligadas à área da infância pudessem ser consideradas, eventualmente até se poderia discutir isso, mas de facto, naquele apoio não tinham sido consideradas.

Tinham sido considerados seis parâmetros, as respostas das instituições que tinham centro de dia ou apoio domiciliários, estrutura residencial de idosos, jovens ou crianças, apoio alimentar, rendimento social e de inserção ou ação social, equipas de rua e ainda outros apoios, serviços ou bens para tentar abranger o máximo possível, o maior número de instituições, que pela relação como tinha sido descrito pela proposta: *“ se tem tomado conhecimento, que tem prestado um serviço imprescindível à comunidade e atribuímos para cada uma destas respostas um valor”*. O que acontecia era que por mais que fosse relevante o trabalho que algumas daquelas instituições prestavam, elas não tinham contempladas todas aquelas áreas de resposta e não podiam apoiar uma instituição que apenas tinha, por exemplo, apoio alimentar ou estrutura residencial, mas que não tinha centro de dia ou apoio domiciliário ou que não prestasse rendimento social de inserção e tinha sido aquele o critério. Quis deixar uma nota que lhes pareceu importante e sobre aquela matéria o consenso seria alargado, aquela proposta embora tivesse sido trazida naquele dia a reunião de câmara, ela tinha sido divulgada no quadro da reunião da rede social às instituições parceiras, aquela informação já estava, mas só naquele momento tinha sido possível concretizá-la do ponto de vista formal para trazer naquela reunião de câmara. Havia uma questão e uma matéria importante que quis partilhar, não era um vírus Covid, mas era um vírus que estava associado àquela pandemia que tinha a ver com o capital social das instituições e o sinal que a câmara municipal tinha dado com aquela proposta era um sinal que aqueles tempos não podiam pôr em causa a confiança que tinham que ter nas instituições, as verbas eram certamente insuficientes para fazer face ao muito que os dirigentes, trabalhadores, técnicos, e voluntários, que contribuíam diariamente ao longo daqueles 11 meses, para as mais diferentes respostas no combate à Covid, eram certamente insuficientes, mas o sinal que queriam dar também com aquele apoio era a confiança nas instituições e melhor do que as instituições para saber o que é que com aquela verba deviam responder, de acordo com as suas necessidades. Num tempo em que, por tudo e por nada, se colocava em causa a confiança nas pessoas, a confiança nas instituições, o que davam com aquela proposta era dizer que confiavam nas suas instituições particulares de solidariedade social, elas eram o garante fundamental da qualidade de vida de muitos dos concidadãos e se não fossem elas, muitas e mais

dificuldades certamente eles enfrentariam, não era exposto ali quais é que deviam ser os motivos ou as atribuições que cada instituição queria fazer com aquela verba, essa era a responsabilidade que ficava nas instituições e elas melhor do que ninguém saberiam como empregar aquela verba. Aquilo era um sinal de que tinham que confiar, porque se os eleitos daquela câmara municipal perdessem a confiança nas suas instituições, mal iria a democracia e mal iria a confiança e o capital social fundamental para enfrentar os desafios pós pandemia que teriam para enfrentar. Por isso, agradeceu as respostas e pediu desculpa porque a falha era exclusivamente sua da distribuição tardia, devia ter vindo anexa à proposta.

As instituições que eram consideradas naquela proposta, eram aquelas que no decorrer da longa relação que tinham por via das plataformas eram ali propostas, não significava que por circunstâncias, ou por falha técnica da parte deles pudesse ali ter passado uma instituição que considerava que tinha sido lesada, considerava que deveria apresentar essa situação e lá estariam eles para poderem considerar e avaliar aquele apoio, que pensava que iria ajudar e que iria contribuir para ultrapassar também, aquela fase que estavam a viver.

Sr. Vereador Fernando Monteiro – Disse que pensava que tinha ficado claro que eram favoráveis àquela proposta e que concordavam com a proposta e com os apoios. As questões que tinha colocado tinham a ver com alguns critérios, porque é que era dado um apoio de um valor a uma determinada instituição e outra que até tinham mais valências recebia menos, portanto era só um esclarecimento a nível dos critérios, embora o segundo documento entregue, no próprio dia, tinha vindo esclarecer um pouco melhor aquilo que era a primeira proposta onde não tinham qualquer tipo de critério para poderem avaliar.

O PSD não tinha previsto coisa nenhuma, ninguém no mundo tinha previsto coisa nenhuma, as últimas eleições tinham sido em 2017, já lá iam quase 4 anos, ninguém nessa altura iria saber que presentemente iriam estar a atravessar aquela crise pandémica. O que tinha dito era que se congratulavam com aquela proposta, porque tinha vindo de encontro àquilo que era uma das prioridades deles, inclusive constava do programa eleitoral, que era uma aposta forte no apoio às instituições de ação social, não tinha nada a ver se iria haver uma pandemia, ou não. Tinham previsto se tivessem ganho a câmara dar um apoio importante às instituições da área social, porque para eles era e continuava a ser uma prioridade.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que pelas razões que tinha justificado não iria discutir nem a proposta, nem os critérios de atribuição dos valores, apenas quis deixar claro que a proposta era bem-vinda e que as verbas iriam ser utilizadas com a responsabilidade que era reconhecida a todas as instituições do concelho, isso poderia garantir e poderia falar em nome de todas as instituições de solidariedade social do concelho. A verba que tinha sido atribuída seria utilizada para os fins para os quais faziam mais falta, com toda a responsabilidade que era reconhecida às instituições e aos homens que as serviam e aos seus utentes, poderia falar por todos porque os conhecia a todos.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que valorizava aquela iniciativa e aquela proposta, aquela proposta que era de um apoio extraordinário às associações de solidariedade social daquele concelho, que para além daquilo que era o apoio regular e relacionamento normal que existia na concretização daquilo que era o programa eleitoral da CDU, fazia parte do ADN deles, que estava presente e regular, apresentavam, naquele momento, uma proposta que de forma objetiva, com critérios objetivos, por uma situação extraordinária aprovava um apoio extraordinário face à situação extraordinária que aquelas organizações e associações estavam a fazer face, era isso, não era nada mais e seria bom que não houvesse ali qualquer elemento de aproveitamento político, que o Partido Socialista não tinha apresentado, mas o PSD tinha-lhe deixado ali algumas dúvidas na sua intervenção.

Sr. Vereador Fernando Monteiro – Disse que eram favoráveis à proposta, concordavam com a proposta, era uma proposta bem-vinda, eram apoios bem-vindos, que faziam muita falta às instituições, que eram merecidos, a única questão que tinha levantado tinha a ver com



os critérios, porque na proposta inicial não havia qualquer critério, apenas tinham a listagem das instituições e os valores a atribuir, sem qualquer critério, no documento entregue posteriormente tinha vindo esclarecer um pouco melhor os critérios. Mesmo concordando com a proposta, mesmo o PSD achar que era uma boa proposta e achar que já deveria ter sido há mais tempo, era legítimo que quisessem saber melhor os critérios de atribuição das verbas. Questionou onde estava o aproveitamento daquilo.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

11. Deliberação n.º 66/21 – Proposta n.º 25/2021 – DCDJ/DISOC – Apoio financeiro à Associação Sado Acolhe – Programa PARES 3.0

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob o registo n.º 31, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

12. Deliberação n.º 67/21 – Proposta n.º 26/2021 – DCDJ/DIBIM – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal, a Junta de Freguesia de Azeitão e a Associação Cultural Sebastião da Gama para a criação da Casa-Memória Joana Luísa e Sebastião da Gama – Adenda

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 32 a 34, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

13. Deliberação n.º 68/21 – Proposta n.º 27/2021 – DCDJ/DICUL – Apoio financeiro à Associação Festival de Música de Setúbal (A7M) – PROJETO Ensemble Juvenil de Setúbal

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 35.

Sr. Vereador Fernando Monteiro – Disse que se congratulava com aquela proposta porque ao longo dos tempos e ultimamente não o tinha feito, porque tinha achado, e passava a expressão “*era bater no ceguinho*”, porque ninguém o ouvia, ao longo dos tempos tinha pedido sempre que haviam propostas de apoio a associações que viesse a acompanhar a proposta, um plano de atividades, mais informação sobre a respetiva associação que pedia ou carecia do apoio. Finalmente, tinham uma proposta que ia com aqueles documentos, era assim que deveria funcionar sempre. Sempre que ia ali uma proposta para apoiar uma associação devia ser instruída como aquela, com um plano de atividades e com uma série de informação que ia ali, sobre aquilo que se pretendia fazer, aquilo que se pretendia desenvolver na cidade, com o apoio que estava a ser concedido. Nesse sentido, quis dar os

parabéns ao senhor Vereador Pedro Pina por ter trazido aquela proposta instruída daquela forma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

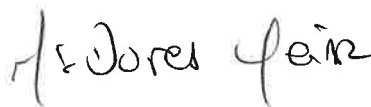
Não houve período destinado à intervenção do público, uma vez que, em respeito pelas várias recomendações e orientações emitidas pela Direção-Geral de Saúde sobre a eventual propagação do COVID-19, a reunião realizou-se à porta fechada, sem a presença de público.

A Sra. Presidente submeteu à votação e aprovação as deliberações tomadas em minuta, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezassete horas e trinta e três minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do Artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

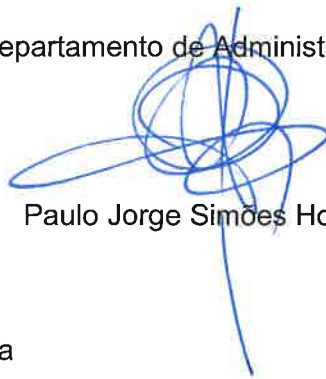
A Presidente da Câmara,



Maria da Dores Marques Banheiro Meira

Esta ata, que foi aprovada em reunião de Câmara de 17 de março de 2021, por unanimidade, contém 13 folhas numeradas e rubricadas pela Sra. Presidente da Câmara.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por:
Carlos Mendes e Aldora Poeira

Conferida por:
Ana Paula Lico

Revista por:
Paulo Hortênsio